

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**

ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
CONJ 03 LOTE 2

Edital Nº 301 / 2018 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT

EDITAL nº 082, de 2018 – SEI Nº 18.0.000027819-6

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso **DIREITOS HUMANOS – TURMA II**, a se realizar no período de 29 de outubro a 12 de dezembro de 2018, mediante as condições determinadas neste Edital e demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

1. DADOS GERAIS

Curso: Direitos Humanos – Turma II

Objetivo: Capacitar os Magistrados associados à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e/ou magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins a compreenderem o fenômeno da proteção integral da dignidade da pessoa humana e encontrar maneiras de solucionar os litígios decorrentes das violações dos direitos humanos, utilizando até mesmo normas internacionais de direitos inseridas no ordenamento jurídico nacional.

Período de inscrições: As inscrições acontecerão no período de 22 a 25 de outubro de 2018.

Inscrições: Serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico esmat.tjto.jus.br.

Público-Alvo: Magistrados associados à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e/ou magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Carga horária: 62 horas

Modalidade: Ensino à Distância - EaD

2. VAGAS

2.1 Quantidade de Vagas: 160

3. PRÉ-REQUISITOS

3.1 Ser magistrado associado à AMB e/ou magistrado vinculado ao Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

4. FREQUÊNCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 A aferição de nota e aproveitamento dos alunos dar-se-á mediante a avaliação das questões formativas e participação nos fóruns de discussão, de cada módulo do curso;

4.2 Todas as atividades acontecerão por meio da Plataforma *Moodle*, com desenvolvimento das atividades propostas no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA): videoaulas, leitura, questões formativas e fóruns de discussão;

4.3 A frequência no curso será registrada com base no Relatório das Atividades, emitido pelo Ambiente Virtual de Aprendizagem, sendo computados os seguintes itens: participação nos fóruns e envio das questões formativas;

4.4 Só receberão certificado de conclusão os alunos que obtiverem média igual ou superior a 7,0, e frequência igual ou superior a 75% de aproveitamento;

4.5 Todas as atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual serão avaliadas pelos tutores, que ficarão responsáveis pela aferição de notas e fechamento do diário eletrônico, informações necessárias que servirão de respaldo para a certificação dos concluintes;

4.6 Dentro do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) a turma de 160 alunos será dividida em quatro grupos, perfazendo o total de 40 alunos por tutor, como preceitua o art. 9º, IV, da Instrução Normativa nº 1, de 3 de maio de 2017;

4.7 Quanto à necessidade de avaliação individual e coletiva, ressalta-se que a individual acontecerá por meio da resolução das questões formativas propostas em cada módulo. Já a avaliação coletiva, ocorrerá por meio da participação nos fóruns de discussão também em cada módulo do curso, caracterizando-se, assim, a avaliação contínua do curso. As avaliações serão realizadas pelos tutores;

4.8 Se houver alteração no cronograma de desenvolvimento ou no período de realização do curso, esta será comunicada por e-mail. Para tanto, os alunos deverão atualizar seus e-mails e telefones de contato em seus perfis na Secretaria Acadêmica Virtual (SAV) e Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA);

4.9 Todos os alunos estarão sujeitos às regras estabelecidas Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, e também às regras previstas no Edital próprio do curso.

5. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Módulos	Estrutura	
AMBIENTAÇÃO	Tema	INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO
	Período	Dias 29 e 30/10/2018
	Proposta	Apresentação do curso, da estrutura e do cronograma, com guia do aluno e fórum para apresentação dos facilitadores de aprendizagem e dos alunos.
	Carga Horária	3 horas-aula
MÓDULO I	Tema	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DOS DIREITOS HUMANOS
	Professor	César Aparecido Nunes
	Período	De 31/10 a 4/11/2018
	Ementa	Apresenta os marcos históricos e políticos da produção social dos Direitos Humanos. Analisa as formações sociais e os códigos jurídicos hegemônicos. Relaciona as práticas jurídicas com a organização do mundo do trabalho. Apresenta aspectos da ontologia social dos Direitos Humanos.
		• Estatuto epistemológico e histórico-conceitual dos Direitos Humanos; • Direitos Humanos: conceitos básicos e compreensão categórica; • Poder, Direitos e Cultura: os modos de produção e as representações; • A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: contexto e significado;

	Conteúdo Programático	Direitos Humanos hoje e Educação.	
	Objetivos Específicos	- Abordar interdisciplinariamente os problemas judiciais referentes aos direitos humanos, enfrentados pelos magistrados na atividade judicante; - Debater formas e instrumentos para garantir os direitos humanos; - Conhecer e discutir sobre os direitos inerentes à pessoa humana na ordem internacional e os expressos pela Constituição Brasileira; - Problematizar diferentes abordagens e temáticas em direitos humanos, em especial populações tradicionais, meio ambiente e educação; - Compreender os direitos humanos na contemporaneidade; - Compreender as reformas legislativas e a evolução da jurisprudência referentes aos direitos humanos.	
	Bibliografia Básica	SANTOS, Boaventura Sousa. Se Jesus fosse um ativista dos Direitos Humanos. Ed. Alameda, Porto: 2014. COMPARATO, Fabio Konder. A afirmação histórica dos Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 2005. PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Direito Constitucional Internacional. São Paulo: Saraiva, 2006. BRASIL, MS. Plano Nacional dos Direitos Humanos, Brasília, 2008.	
	Metodologia	Videoaula: 2 horas-aula Fóruns/Leitura/questão formativa: 5 horas-aula	
	Carga Horária	7 horas-aula	

MÓDULO II

Tema	DIREITO E DIGNIDADE HUMANA: ACERCA DA UTOPIA REALISTA DOS DIREITOS HUMANOS
Professor	Eduardo Carlos Bianca Bittar
Período	De 5 a 9/11/2018
Ementa	Dignidade. Pessoa humana. Filosofia. Humanismo.
Conteúdo Programático	• O conceito de dignidade da pessoa humana; • A dignidade e o respeito a todo(a)s e a cada um(a); • A construção histórico-filosófica da dignidade humana; • A centralidade do conceito de pessoa para o Direito; • O conceito filosófico de pessoa; • Humanismo, humanidade e pessoa; • Jürgen Habermas; • Axel Honneth; • Rainer Forst.
Objetivos Específicos	Compreender o direito e a dignidade humana como possíveis de serem aplicados.
Bibliografia Básica	BITTAR, Eduardo C. B. Democracia, justiça e emancipação social: reflexões jusfilosóficas a partir do pensamento de Jürgen Habermas. São Paulo: Quartier Latin, 2013. BITTAR, Eduardo C. B. Democracia, justiça e direitos humanos: estudos de Teoria Crítica e Filosofia do Direito. São Paulo: Saraiva, 2011. BITTAR, Eduardo C. B. Dignidade (verbetes), in Dicionário de

		Direito de Família (NETO LAGRASTA, Caetano; SIMÃO, José Fernando, orgs.), São Paulo, Atlas, 2015, ps. 276-280.	
	Metodologia	Videoaula: 2 horas-aula Fóruns/Leitura/questão formativa: 5 horas-aula	
	Carga Horária	7 horas-aula	
	Tema	PLURALISMO JURÍDICO E DIREITOS HUMANOS	
	Professor	César Augusto Baldi	
	Período	10 a 14/11/2018	
	Ementa	Pluralismo jurídico na perspectiva da alteridade e da participação; Direitos humanos: sua dimensão intercultural e emancipatória.	
	Conteúdo Programático	• Pluralismo jurídico: A problematização e a relevância da temática pluralista; • Direitos humanos e sua dimensão intercultural.	
	Objetivos Específicos	Conhecer a vinculação entre Pluralismo Jurídico e a construção de sistemas comunitários autônomos em alguns modelos políticos contemporâneos latino-americanos. Analisar o referencial do Pluralismo Jurídico, mediante um diálogo crítico e intercultural.	
	Bibliografia Básica	ARAÚJO, Sara. Desafiando a Colonialidade. A Ecologia de Justiças como instrumento da descolonização jurídica. In: Revista Hendu 6(1):26-46. 2015.	

MÓDULO III

BALDI, César Augusto. Diretos humanos na sociedade cosmopolita. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

BALDI, César Augusto. Aprender desde o Sul. Belo Horizonte: Forum, 2015.

LUTZ, Maria Luiza Scherer & DA MATA, Edileny Tomé. El pluralismo jurídico: entrelazado de la teoria crítica de los derechos humanos con el constitucionalismo latinoamericano. Revista Paradigma, Ribeirão Preto, XXII, v. 26, n.1, p. 57-74, jan/jun 2017. Disponível em academia. edu.

SANTOS , Boaventura de Sousa (2007), “Os direitos humanos na zona de contacto entre globalizações rivais”, Cronos, Vol. 8, Nº 1, p. 23-40. Também publicado na Revista Brasileira de Ciências Criminais, 64, Jan./Fev.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse ativista de direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa & CHAUÍ, Marilena. Direitos humanos, democracia e desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2013.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo crítico e perspectivas para um constitucionalismo na América-Latina. In: WOLKMER, Antonio Carlos; MELO, Milena Petters (Orgs.). Constitucionalismo latino-americano: tendências contemporâneas. Curitiba, Juruá, 2013. p. 19-42.

		WOLKMER, Antônio Carlos. Pluralismo jurídico: fundamentos de uma nova cultura no Direito. 4ª ed. São Paulo: Saraiva. WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y (de)colonialidad: Ensayos desde Abya Yala. Serie Pensamiento Decolonial. Ediciones Abya- Yala. Quito, Ecuador: 2012.	
	Metodologia	Videoaula: 2 horas-aula Fóruns/Leitura/questão formativa: 5 horas-aula	
	Carga Horária	7 horas-aula	
	Tema	DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS	
	Professor	Valério de Oliveira Mazzuoli	
	Período	De 15 a 19/11/2018	
	Ementa	Modelos e sistemas internacionais de proteção, tanto global quanto regionais (sistemas europeu, interamericano e africano), bem assim a proteção dos direitos humanos no âmbito dos sistemas de integração regional (especialmente a europeia e a americana). Integração dos instrumentos internacionais de direitos humanos na ordem interna brasileira, compreendendo a mecânica do controle jurisdicional da convencionalidade das leis no Brasil.	
	Conteúdo Programático	- Os Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos – O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. - A Constituição Brasileira, de 1988, e os Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos: os Princípios Constitucionais a reger o Brasil nas Relações	

MÓDULO IV

	Internacionais; Política Nacional de Direitos Humanos. • O processo de formação dos Tratados Internacionais – Hierarquia dos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos – Incorporação dos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos. • Impacto jurídico dos Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos no Direito Interno Brasileiro. Controle de convencionalidade. • Os Tratados Internacionais de Proteção dos Direitos Humanos em face da Emenda Constitucional nº 45.
Objetivos Específicos	Analisar a forma pela qual o Direito brasileiro incorpora os instrumentos internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Avaliar a dinâmica da relação entre o Direito brasileiro, em especial a Constituição Federal, de 1988, e o aparato internacional de proteção dos Direitos Humanos, bem como o impacto jurídico dos Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos no Direito brasileiro.
Bibliografia Básica	CANÇADO TRINDADE, Antônio Augusto. Direito internacional e direito interno: suas interações na proteção dos direitos humanos. Instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos. São Paulo: Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, p. 14-46, 1996. GOMES, Luiz Flávio; MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Comentários à Convenção Americana sobre Direitos Humanos: Pacto de San José da Costa Rica. 3. ed. rev., atual e ampl. São Paulo: RT, 2010. _____; _____. Crimes da ditadura militar. Uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: RT, 2011. MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Curso de direito internacional público. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2015. _____. Curso de direitos humanos. São Paulo: Método, 2014. _____. Direito dos tratados. 2. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. _____. Direitos humanos, Constituição e os tratados internacionais: estudo analítico da situação e aplicação do tratado na ordem jurídica brasileira. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2002.
Metodologia	Videoaula: 2 horas-aula

		Fóruns/Leitura/questão formativa: 5 horas-aula	
	Carga Horária	7 horas-aula	
MÓDULO V	Tema	EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS	
	Professora	Nair Heloisa Bicalho de Sousa	
	Período	De 20 a 24/11/2018	
	Ementa	A relação entre educação e direitos humanos na consolidação do estado democrático e da cidadania. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Políticas e ações educacionais afirmativas.	
	Conteúdo Programático	• O direito à educação como direito humano fundamental; • Desafios e dilemas para a aplicação do direito à educação no Brasil contemporâneo; • Como a educação em direitos humanos deve se servir de métodos e teorias inter, multi e transdisciplinares para atingir seu público; • Direitos Humanos na educação, um pilar para o exercício da cidadania e a concretização da dignidade da pessoa humana.	
	Objetivos Específicos	Conhecer e analisar os fundamentos e concepções de direitos humanos, cidadania e democracia, oportunizando o conhecimento e o debate sobre a relação entre direitos humanos e educação. Conhecer e refletir o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	
	Bibliografia Básica	CANDAU, Vera M.; ANDRADE, Marcelo; LUCINDA, Maria da	

		Consolação; PAULO, Iliana; SACAVINO, Susana; AMORIM, Viviane. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E FORMAÇÃO DE PROFESSORES(AS). Coleção Docência e Formação. Ed. Cortez. 1ª ed., São Paulo, 2013. RAYO, José Tuvilla. Educação em Direitos Humanos Rumo a uma Perspectiva Global. 2 ed., Editora: Artmed, 2003.	
	Metodologia	Videoaula: 2 horas-aula Fóruns/Leitura/questão formativa: 5 horas-aula	
	Carga Horária	7 horas-aula	
MÓDULO VI	Tema	DIREITOS HUMANOS E PROCESSO CIVIL	
	Professor	Marcelo Ribeiro	
	Período	De 25 a 29/11/2018	
	Ementa	Direitos Humanos e sua tutela processual e extrajudicial, no sistema processual civil brasileiro.	
		• Direitos Humanos, interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais. Interesse e legitimação. • O papel dos legitimados coletivos em defesa dos Direitos Humanos no sistema processual brasileiro (Ministério Público, Poderes Públicos e Entidades Públicas,	

	Conteúdo Programático	Sociedade Civil etc.). • Instrumentos de defesa dos Direitos Humanos no sistema processual brasileiro: • Instrumentos judiciais individuais e coletivos (Ação Civil Pública, Ação Coletiva de Consumo, Mandado de Segurança Individual e Coletivo, Ação Popular, Mandado de Injunção, <i>Habeas Data</i> etc.). • Instrumentos extrajudiciais (Inquérito Civil Público, Termo de Ajustamento de Conduta etc.). • Execução de sentença em ações individuais e coletivas.	
	Objetivos Específicos	Conhecer os Direitos Humanos no contexto da tutela processual e extrajudicial, a atuação do Estado na sua proteção e defesa. Identificar o papel dos legitimados coletivos para sua defesa no sistema processual brasileiro. Estudar os instrumentos de defesa dos Direitos Humanos no sistema processual brasileiro, tanto os judiciais individuais e coletivos como os extrajudiciais, até mesmo em relação à execução de sentença.	
	Bibliografia Básica	ARENHART, Sergio Cruz. MARINONI, Luiz Guilherme. Curso de Direito Processual, vol. I. 5ª ed. São Paulo: RT, 2011. BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Direito e processo: influência do direito material sobre o processo. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2003.	
	Metodologia	Videoaula: 2 horas-aula Fóruns/Leitura/questão formativa: 5 horas-aula	
	Carga Horária	7 horas-aula	
MÓDULO VII	Tema	POLÍTICAS PÚBLICAS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E	

	SUSTENTABILIDADE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS.	
Professora	Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves	
Período	De 30/11 a 4/12/2018	
Ementa	Transversalidade dos direitos humanos nas Políticas Públicas. Políticas Públicas e Direitos Humanos. Populações tradicionais e sustentabilidade.	
Conteúdo Programático	• Políticas públicas de direitos humanos; • Populações tradicionais; • Sustentabilidade: conceito; • Desafio contemporâneo do desenvolvimento sustentável e a construção de sociedades sustentáveis.	
Objetivo Específico	Compreender as políticas públicas sob a ótica dos direitos humanos e a possibilidade de desenvolvimento sustentável da sociedade, analisar o desenvolvimento sustentável como paradigma ao desenvolvimento urbano, bem como refletir sobre os desafios para a consecução desse novo paradigma.	
Bibliografia Básica	CHAVES, M. do P. Socorro R. Uma Experiência de Pesquisa-ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia: o estudo de caso do Assentamento de Reforma Agrária Iporá. Tese de Doutorado, UNICAMP/CIREDE. 2001. _____, M. do P. Socorro R. NOGUEIRA, Marinez Gil. Desenvolvimento Sustentável e Ecodesenvolvimento: Uma Reflexão Sobre as Diferenças Ideo-Políticas Conceituais. Revista Somanlu. Ano 5. nº 1 Jan- Jun, 2005.	

		_____, M. do P. Socorro R. SIMONETTI, S.R. Populações Ribeirinhas: saberes e habilidades. Inter-Ação em Ação - Serviço Social e Meio Ambiente: Experiências de pesquisa e extensão universitária na Amazônia. Manaus, 2008. CD-ROM.	
		SPOSATI, Aldaiza. Tendências Latino-Americanas da Política Social Pública no Século XXI. In: Revista Katálisis, vol. 14, nº 01, Florianópolis, 2011.	
	Metodologia	Videoaula: 2 horas-aula Fóruns/Leitura/questão formativa: 5 horas-aula	
	Carga Horária	7 horas-aula	
MÓDULO VIII	Tema	DIREITO DO AMBIENTE, DIREITO AO AMBIENTE: UMA PANORÂMICA DO DIREITO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL PORTUGUÊS	
	Professora	Carla Amado Gomes	
	Período	De 5 a 9/12/2019	
	Ementa	Influência do Direito ao Meio Ambiente Sustentável sobre o projeto dos Direitos Humanos. O processo de efetivação dos Direitos Humanos. O processo de efetivação do Direito ao Meio Ambiente Sustentável.	

Conteúdo Programático	1. A Constituição Portuguesa, de 1976 (CRP), e a recepção de um novo bem jurídico. 2. A proteção do ambiente como tarefa do Estado e demais entes públicos: os artigos 9º, al. e) e 66º, nº 2 da CRP. 2.1. O que é “Ambiente”? 2.2. Os princípios do Direito do Ambiente: uma amostragem a partir do artigo 3º da Lei de Bases do Ambiente. 3. O direito <i>ao</i> ambiente (e o dever de proteger o ambiente): os artigos 66º, nº 1 e 52º, nº 3, al. a) da CRP. 3. O direito <i>ao</i> ambiente como direito de personalidade (ou outro) e o interesse difuso de fruição de um ambiente de qualidade. 3. O direito <i>ao</i> ambiente como feixe de direitos procedimentais: a dimensão pretensiva do direito ao ambiente e a “trilogia de Aarhus”. 3. O dever de proteger o ambiente e o imperativo de consumo consciente.
Objetivo Específico	Analisar a proteção do Meio Ambiente como forma de implementação de Direitos Humanos, e analisar se o Direito ao Meio Ambiente se insere nos novos Direitos Humanos, propiciando adquirir o conhecimento teórico e prático para a maximização da análise crítica do tema, em especial no que se refere a questões contemporâneas que atingem o Meio Ambiente Brasileiro, transfronteiriças e as questões internacionais.
Bibliografia Básica	Legislação: Constituição da República portuguesa http://www.tribunalconstitucional.pt/tc/crp.html

		Lei de Bases do Ambiente: Lei 19/2014, de 14 de Abril https://www.apambiente.pt/_zdata/Instrumentos/Responsabilidade%20Ambiental/2014-04-14_Lei%2019_2014.pdf Doutrina: AMADO GOMES, Carla. <i>O ambiente na ternura dos 40 anos da Constituição de 1976: breve apontamento e sugestões para uma eventual revisão</i> (2016) - http://www.icjp.pt/estudos-e-artigos/1/37 <i>Responsabilidade Ambiental e Consumo Sustentável</i>, in Diálogo Ambiental, Constitucional e Internacional, Vol 3, Tomo I, coord. de Jorge Miranda e Carla Amado Gomes, ICJP, 2015, pp 1 segs - http://icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_dialogoambiental_vol3_tomo1.pdf <i>Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente</i>, dissertação de doutoramento (2007): http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/cg_ma_17157.pdf	
	Metodologia	Videoaula: 2 horas-aula Fóruns/Leitura/questão formativa: 5 horas-aula	
	Carga Horária	7 horas-aula	
AVALIAÇÃO DE REAÇÃO	Período	De 10 a 12/12/2019	
	Carga-horária	3 horas-aula	

5.1 PROFESSOR(A)		
	Nome	CÉSAR APARECIDO NUNES
	Síntese do Currículo	Licenciado em Filosofia; doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, 1996. Defendeu a Livre Docência, em 2006. Professor Titular da Faculdade de Educação, na área de Filosofia e Educação. Atua nas linhas de pesquisa Política, Ética e Educação e Epistemologia e Teorias da Educação. Publicou 32 artigos em periódicos especializados e 237 trabalhos em anais de eventos. Possui 19 capítulos de livros e 31 livros publicados. Participou de 214 eventos no Brasil e 17 eventos no exterior. Orientou 41 dissertações de mestrado e 32 teses de doutorado na área de Educação, 186 trabalhos monográficos ou trabalhos de conclusão de curso de graduação. Atua na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, destacando-se por estudos e pesquisas na área de Formação de Professores, Política Educacional, Sexualidade e Educação. É o coordenador geral (líder) do Grupo de Estudos e Pesquisas em Filosofia e Educação Paideia e presidente nacional da Abrades. Finalizou 9 trabalhos de pesquisa e supervisionou 13 estudos de pós-doutorado. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4728232U6 Não possui certificado de Formador da ENFAM.
	Nome	EDUARDO CARLOS BIANCA BITTAR
	Síntese do Currículo	Professor Associado do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (Brasil – USP). Desenvolveu estágio doutoral-FAPESP à Université de Lyon (II e III) e à Université de Paris (Sorbonne-II e Sorbonne-IV), na França. Doutor, 1999, e Livre-Docente, 2003, pelo Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Defendeu Tese de Titularidade, em 2011, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Foi Diretor Científico da Associação Brasileira de Ensino do Direito (ABEDI), 2006-2008. Foi Secretário-Executivo, 2007-2009, e presidente, 2009-2010, da Associação Nacional de Direitos Humanos (ANDHEP). Foi Pesquisador-Sênior do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de

São Paulo (NEV-USP, 2006-2010). Foi Membro Titular do Conselho da Cátedra Unesco de Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância, do IEA – USP, 2007-2010. Foi Membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Brasília, 2008-2010. Foi Membro do Comitê de Área do Direito – Capes, em 2010. Foi 2º Vice-Presidente da Associação Brasileira de Filosofia do Direito (ABRAFI, IVR/ Brasil, 2009-2016). Foi Pesquisador N-2 do CNPq, 2010-2013; 2014-2017. Organizou 87 eventos científicos (seminários, congressos, palestras), proferiu 183 palestras em diversos eventos, em 19 Estados brasileiros (São Paulo; Paraíba; Rio Grande do Sul; Goiás; Minas Gerais; Rio de Janeiro; Espírito Santo; Paraná; Rio Grande do Norte; Mato Grosso do Sul; Pará; Amazonas; Pernambuco; Bahia; Piauí; Ceará; Santa Catarina; Sergipe; Tocantins). Formou 24 mestres e 9 doutores; escreveu 80 artigos científicos (periódicos científicos nacionais), 34 artigos (boletins, jornais e *sites* nacionais) e 24 artigos científicos internacionais (Revistas eletrônicas, Anais, *Sites* e Revistas no exterior). Publicou 10 livros de autoria, 1 livro em coautoria, 2 livros coletivos coordenados e 3 livros coletivos coorganizados, publicados no Brasil. Integrrou encontros e congressos no exterior, no Líbano, em Portugal, na Alemanha, na Itália, na República Tcheca, na Argentina, no Chile, na África, nos Estados Unidos. É membro do Conselho Editorial da Revista Jurídica Luso-Brasileira (RJLB). É membro do Conselho Editorial da Revista Direitos Fundamentais e Justiça do Programa de Pós-Graduação da PUC-RS. É coordenador do Convênio USP (Brasil, São Paulo) ? CIRSFID, Alma Mater Studiorum Università di Bologna (Bologna, Itália). É membro titular do Grupo de Pesquisas Direitos Humanos, Democracia, Política e Memória do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, IEA, USP. É pesquisador N-2 do CNPq, 2017-2019. Concentra suas pesquisas na área de Filosofia e Teoria Geral do Direito, desenvolvendo pesquisas sobre os temas Educação em Direitos Humanos e Teoria da Democracia. Publicou, em 2016, o livro traduzido Democracy, Justice and Human Rights: Studies of Critical Theory and Social Philosophy of Law (Saarbrücken, Germany, 2016).

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizaev.do?id=K4707590E3>

Não possui certificado de Formador da ENFAM.

Nome

CÉSAR AUGUSTO BALDI

Síntese do Currículo

Professor da Universidade Luterana do Brasil até 2007. Professor de Antropologia Jurídica na EBN, Brasília. Servidor do Tribunal Regional Federal da 4ª Região desde outubro de 1989.

Pesquisador do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos-NEP- da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: direitos humanos, interculturalidade, Islã, feminismo islâmico, indígenas, comunidades tradicionais, teorias críticas de direitos humanos, teorias pós e decoloniais, racismo, quilombolas, territorialidades. Lecionou Introdução ao Estudo do Direito, Direito Administrativo e Direito Constitucional. Editor de "Direitos humanos na sociedade cosmopolita" (ed. Renovar, 2004) e "Aprender desde o sul" (ed. Fórum, 2015).

Fonte: buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4778465E2

Não possui certificado de Formador da ENFAM.

Nome

VALERIO DE OLIVEIRA MAZZUOLI

Síntese do Currículo

Pós-Doutor em Ciências Jurídico-Políticas, pela Universidade Clássica de Lisboa, sob a orientação do professor catedrático Jorge Miranda, 2011. Doutor em Direito Internacional, pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008, aprovado com nota máxima e com voto de louvor ('summa cum laude') por unanimidade. Mestre em Direito, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2003, aprovado com o conceito máximo e com distinção pela banca examinadora. Graduado em Direito, pela Faculdade de Direito de Presidente Prudente, 2001, com a maior média geral entre os concluintes de sua turma. Atualmente é professor associado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), aprovado em primeiro lugar no concurso público de provas e títulos de ingresso na carreira, 2008. Fundador e primeiro coordenador do Programa de Mestrado em Direito Agroambiental da UFMT (Coordenador na gestão 2009-2011; coordenador adjunto na gestão 2015-2017). Professor do Programa de Mestrado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna-MG. Foi coordenador jurídico da Revista de Derecho Internacional y del Mercosur (Editora La Ley, Buenos Aires) e consultor da Universidade da Flórida (EUA) em Direito Internacional do Meio Ambiente no programa 'Iniciativa para Liderança da Conservação Amazônica no Brasil'.

Fonte: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4772275U7>

Não possui certificado de Formador da ENFAM.

Nome	NAIR HELOISA BICALHO DE SOUSA
Síntese do Currículo	Graduada em Ciências Sociais, pela Universidade de São Paulo (USP), em 1972; Mestre em Sociologia, pela Universidade de Brasília (UnB), em 1978. Doutora em Sociologia, pela USP, em 1994. Pós-Doutora, pela Faculdade de Educação da USP, em 2010. Atualmente é professora do Departamento de Serviço Social, da UnB. Ex- Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH), do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), da UnB. Coordenadora do Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos (NEP), do CEAM; membro do Conselho de Direitos Humanos da UnB; ex-diretora de Pós-Graduação da Associação Nacional de Direitos Humanos, Ensino e Pesquisa (ANDHEP). Membro do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos da Secretaria Nacional de Cidadania do Ministério de Direitos Humanos. Presidente da Comissão para Implementação das Diretrizes Nacionais da Educação em Direitos Humanos, da UnB. É também coordenadora do Grupo de Pesquisa do CNPq " Direitos Humanos, Educação, Mediação e Movimentos Sociais" pesquisadora dos seguintes grupos de pesquisa do CNPq: " Educação em Direitos Humanos", da Faculdade de Educação, da USP; e " O Direito Achado na Rua", da Faculdade de Direito, da UnB. Coordenadora do projeto de extensão do NEP: " Estudar em Paz: mediação de conflitos no contexto escolar"; conselheira editorial da Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos (RIDH), publicada pelo Observatório de Direitos Humanos, da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Consultora de Direitos Humanos dos Direitos Humanos da Internet (DHNET). Atua em diversas iniciativas relacionadas à divulgação científica e à organização do ensino e da pesquisa nos seguintes temas: Direitos Humanos; Educação em Direitos Humanos; Cidadania; Movimentos Sociais; Democracia Participativa; Mediação de Conflitos e Sindicalismo. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783996T3 Não possui certificado de Formador da ENFAM.
Nome	MARCELO RIBEIRO

	Síntese do Currículo	Doutor e Mestre em Direito Público e Evolução Social pela Universidade Estácio de Sá (UNESA), sob orientação do Prof. Dr. Lenio Luiz Streck. Membro do grupo de pesquisa Hermenêutica jurídica, vinculado ao CNPq, e liderado pelo orientador. Professor de Processo Civil da Universidade Federal da Bahia (UFBA), do Damásio Educacional e de diversos cursos de Pós-Graduação. Membro efetivo da Academia Brasileira de Direito Processual Civil. Autor de diversas obras jurídicas. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4137779Y0 Não possui certificado de Formador da ENFAM.
	Nome	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES
	Síntese do Currículo	Graduada em Serviço Social, pela Universidade Federal do Amazonas, 1986. Mestre em Sociologia Rural, pela UFPb, 1994. Doutora em Política Científica e Tecnológica (interdisciplinar), pela Unicamp, 2001. Doutora em Processus d'Innovation Changements Organisationnel no Centre International de Recherche Sur l'Environnement et le Devellopment (CIRED), Paris/França, 1999, nas áreas de concentração em Sociologia da Ciência, Economia Política, Nova Economia e Ciência Política. Docente da Universidade Federal do Amazonas. Coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e de Desenvolvimento de Tecnologias Apropriadas na Amazônia (Grupo Inter-Ação), com pesquisas na área de Ciências Sociais Aplicadas e Sociologia sobre as temáticas: Populações Tradicionais, Sustentabilidade, Políticas Públicas, Inovação e Tecnologia Social e Cultural. Pró-Reitora de Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Amazonas (de setembro de 2011 a junho de 2017). Coordenadora Geral do Parque Científico e Tecnológico para Inclusão Social: Rede de Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica/UFAM/ SECIS/MCTI. Coordenadora do Observatório de Economia Criativa do Estado do Amazonas, Bolsista Produtividade CNPq. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4721621Z8 Não possui certificado de Formador da ENFAM.

	Nome	CARLA AMADO GOMES
	Titulação	Doutora
	CPF	V130612
	Síntese do Currículo	Professora Doutora da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Foi vice-presidente do Instituto da Cooperação Jurídica da Faculdade de Direito de Lisboa (2006-2014). É membro do Conselho Pedagógico. Leciona nos cursos de Pós-Graduação em Direito do Ambiente, Direito Administrativo e Direito da Energia, em Angola, Moçambique e Brasil. Colabora regularmente em ações de formação no Centro de Estudos Judiciários. Foi professora convidada da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2007-2013). Foi assessora no Tribunal Constitucional (1998-1999). Tem obras publicadas nas áreas do Direito Administrativo, do Direito Constitucional, do Direito do Ambiente e do Patrimônio Cultural, do Direito da Educação e do Direito da União Europeia. Não possui certificado de Formador da ENFAM.
	5.2 TUTOR(A)	
	Nome	ALINE MARINHO BAILÃO IGLESIAS
	Síntese do Currículo	Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos, UFT/ESMAT (2013/2015). Pós-graduanda em Estado de Direito e Combate à Corrupção, ESMAT (2016/2017). Desde 2008 atua como Juíza de Direito do Estado do Tocantins. Professora no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Prática Judiciária, ESMAT (2016/2017). Atuou como Procuradora do Município de Palmas-TO (2004-2008). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1998/2002). Tem experiência em Direito, atuando principalmente nas áreas de Direito Processual Civil, Direito de Família, Direitos Humanos, Prestação Jurisdicional e Processo Eletrônico. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4937337Z4 Ainda, participou do curso de Formação de Formadores pela Esmat e do curso de Formação de tutores no contexto da magistratura pela Enfam.

	Nome	JULIANNE FREIRE MARQUES
	Síntese do Currículo	Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins e Escola Superior da Magistratura Tocantinense (2015). Possui graduação em Direito pela Universidade do Tocantins (1998). Magistrada no Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins, titular do Juizado Especial da Infância e Juventude da Comarca de Araguaína/TO. Facilitadora de círculos restaurativos. Presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins e Vice-Presidente de Direitos Humanos da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros). Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4412840P4 Ainda, Participou do curso de Formação de Formadores pela Esmat e do curso de Formação de tutores no contexto da magistratura pela Enfam.
	Nome	OCÉLIO NOBRE DA SILVA
	Síntese do Currículo	Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Tocantins e professor da Faculdade de Ensino Superior de Colinas do Tocantins (2005/2006). Especialista em Ciências Jurídicas (2013) pela Universidade De Lisboa. Atualmente é Professor da Escola da Magistratura Tocantinense ESMAT. Mestrado em Direito Universidade de Lisboa, UL, Portugal. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4795146E5 Ainda, Participou do curso de Formação de Formadores pela Esmat e do curso de Formação de tutores no contexto da magistratura pela Enfam.

	Nome	RONICLAY ALVES DE MORAIS				
	Síntese do Currículo	Natural de Brasília-DF, bacharelou-se em Direito pelo Centro Universitário de Anápolis (1999). Possui pós-graduação lato sensu em Ciências Criminais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (2008). Mestre em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos pela Universidade Federal do Tocantins (2017). Ingressou na magistratura tocaninense no ano de 2002. Titular da Vara de Cartas Precatórias, Falências e Concordatas da Comarca de Gurupi, onde foi Diretor do Foro de 2012 a 2015. Foi presidente da Associação dos Magistrados do Estado do Tocantins – ASMETO durante o biênio 2014/2016. Professor de cursos da Escola Superior da Magistratura do Tocantins (ESMAT). Integra o Conselho Editorial da ESMAT. Atualmente responde pela 4ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Palmas. É Secretário de Direitos Humanos e Cidadania da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, triênio 2016/2019. Fonte: http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4906459D4 Ainda, participou do curso de Formação de Formadores pela Esmat e do curso de Formação de tutores no contexto da magistratura pela Enfam.				

6. CRONOGRAMA

DIREITOS HUMANOS		
Data	Horário/Período	Conteúdo Programático e/ou Atividades
Dias 29 e 30/10/2018	3 horas	AMBIENTAÇÃO: Período de ambientação ao sistema <i>Moodle</i> para apresentação do curso, com tutoriais e fórum para os alunos se conhecerem.
De 31/10 a	7 horas	Videoaulas Módulo I – Tema: FUNDAMENTOS

4/11/2018		HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DOS DIREITOS HUMANOS Professor César Aparecido Nunes Videoaulas: 2 horas-aula Interatividades no AVA – Leituras, Fórum e questão formativa: 5 horas-aula Total hora-aula: 7 horas-aula
De 5 a 9/11/2018	7 horas	Videoaulas Módulo II – Tema: DIREITO E DIGNIDADE HUMANA: ACERCA DA UTOPIA REALISTA DOS DIREITOS HUMANOS Professor Eduardo Carlos Bianca Bittar Videoaulas: 2 horas-aula Interatividades no AVA – Leituras, Fórum e questão formativa: 5 horas-aula Total hora-aula: 7 horas-aula
10 a 14/11/2018	7 horas	Videoaulas Módulo III – Tema: PLURALISMO JURÍDICO E DIREITOS HUMANOS Professor Cesar Augusto Baldi

		Videoaulas: 2 horas-aula Interatividades no AVA – Leituras, Fórum e questão formativa: 5 horas-aula Total hora-aula: 7 horas-aula	
De 15 a 19/11/2018	7 horas	Videoaulas Módulo IV – Tema: DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS Professor Valério de Oliveira Mazzuoli	
		Videoaulas: 2 horas-aula Interatividades no AVA – Leituras, Fórum e questão formativa: 5 horas-aula Total hora-aula: 7 horas-aula	
De 20 a 24/11/2018	7 horas	Videoaulas Módulo V – Tema: EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS Professora Nair Heloisa Bicalho de Sousa	
		Videoaulas: 2 horas-aula Interatividades no AVA – Leituras, Fórum e questão formativa: 5 horas-aula Total hora-aula: 7 horas-aula	
De 25 a 29/11/2018	7 horas	Videoaulas Módulo VI – Tema: DIREITOS	

		HUMANOS E PROCESSO CIVIL Professor Marcelo Ribeiro
		Videoaulas: 2 horas-aula Interatividades no AVA – Leituras, Fórum e questão formativa: 5 horas-aula Total hora-aula: 7 horas-aula
De 30/11 a 4/12/2018	7 horas	Videoaulas Módulo VII – Tema: POLÍTICAS PÚBLICAS, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE SOB A ÓTICA DOS DIREITOS HUMANOS Professora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
		Videoaulas: 2 horas-aula Interatividades no AVA – Leituras, Fórum e questão formativa: 5 horas-aula Total hora-aula: 7 horas-aula
De 5 a 9/12/2019	7 horas	Videoaulas Módulo VIII– Tema: DIREITO DO AMBIENTE, DIREITO AO AMBIENTE: UMA PANORÂMICA DO DIREITO CONSTITUCIONALL AMBIENTAL PORTUGUÊS

		Professora Carla Amado Gomes
		Videoaulas: 2 horas-aula Interatividades no AVA – Leituras, Fórum e questão formativa: 5 horas-aula Total hora-aula: 7 horas-aula
De 10 a 12/12/2019	3 horas	Avaliação de Reação
Carga Horária Total		62 horas

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 12 de setembro de 2018, publicada no Diário da Justiça nº 4.348, em 13 de setembro de 2018;

7.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail saesmat@tjto.jus.br;

7.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

7.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 18/10/2018, às 13:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2254399** e o código CRC **3D5BF946**.

18.0.000027819-6

2254399v2